



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento é a primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e da base ao termo de referência a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação “Art. 5º, Inciso XX, da Lei 14.133/2021”.

### Município de São Vicente do Sul/RS

**Departamento:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

**Responsável:** Anderson Machado de Oliveira

**Necessidade da Administração:** Aquisição de **01 (um) veículo tipo picape**, novo, zero quilômetro destinado ao atendimento das demandas da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente.

### 1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

**1.1.** A presente contratação tem por finalidade a estruturação e o fortalecimento da capacidade operacional da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente, mediante a aquisição de veículo automotor adequado às atividades técnicas, administrativas e operacionais desenvolvidas no meio rural e ambiental do município.

**1.2.** A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e eficiência dos serviços públicos prestados pela Secretaria, bem como no atendimento às atividades de campo, vistorias, fiscalizações e apoio às políticas públicas agroambientais.

### 2. DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

**2.1.** A contratação pretendida não está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do Município de São Vicente do Sul.

### 3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

**3.1.** O objeto licitado tem natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.2.** O veículo deverá estar em conformidade com as normas e padrões do Código Brasileiro de Trânsito, do CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito, da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e de outras normas regulamentadoras ou resoluções aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

**3.3.** O veículo deverá ser entregue adesivado com logomarca do Município, licenciado e emplacado em nome do Município de São Vicente do Sul/RS, com todos os custos referentes a registro, licenciamento e emplacamento a cargo da empresa vencedora



**3.4.** A empresa deverá fornecer Catálogo do veículo, em Língua Portuguesa, com a indicação das principais especificações técnicas (descritivo), e indicação (especificação) de seus acessórios, para análise e verificação de atendimento ao solicitado neste termo.

**3.5.** As características técnicas do **veículo** deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- I. Picape, 02 portas;
- II. Veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior;
- III. Cor branca;
- IV. Motor aspirado 1.3 ou superior, ou motor 1.0 turbo ou superior;
- V. Potência mínima de 107 cv;
- VI. Ar-condicionado;
- VII. Direção hidráulica, elétrica ou superior;
- VIII. Sistema de som com multimídia;
- IX. Banco do motorista com regulagem de altura;
- X. Vidros elétricos, travas elétricas e alarme;
- XI. Câmbio manual ou automático;
- XII. Protetor de cárter;
- XIII. Airbag duplo e freios ABS;
- XIV. Capacidade de carga mínima de 700 kg;
- XV. Capota marítima;
- XVI. Retrovisores externos na cor do veículo com regulagem elétrica interna;
- XVII. Jogo de tapetes;
- XVIII. Garantia de fábrica, conforme normas do fabricante.

**3.6. Condições de Entrega:**

I. Entrega do veículo no município de São Vicente do Sul/RS, **endereço designado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente em até 30 (trinta) dias** a contar do recebimento da nota de empenho de despesa;

II. Transporte e descarga por conta e risco da contratada;

III. O recebimento definitivo ocorrerá após **vistoria e conferência técnica** do veículo entregue.

**3.7. Da garantia e assistência técnica:**

I. Garantia de fábrica, conforme normas do fabricante;

II. A assistência técnica deverá ser prestada em oficina autorizada situada em até 120 km (cento e vinte quilômetros) de distância da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS.

III. Quando a oficina autorizada estiver situada acima de 120 km (cento e vinte quilômetros) de distância da sede da Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul/RS, a empresa contratada deverá providenciar, às suas expensas, a retirada e a devolução do veículo na Prefeitura Municipal.

IV. O limite de quilometragem exigida acima, baseia-se nos princípios de **eficiência, economicidade, rapidez no atendimento e logística**, pois, sem a indicação de distância da oficina autorizada para a realização da assistência técnica, o município poderia ter que arcar com despesas de locomoção do veículo, gerando prejuízos ao erário público.

**3.8. Dos Requisitos Legais e Administrativos:**

I. Observância integral das disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis às contratações públicas;



### 3.9. DA FISCALIZAÇÃO:

I. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:

§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

II. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

III. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto contratado, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a Contratante, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

### 3.10. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

I. A contratada estará sujeita às sanções administrativas previstas na **Lei nº 14.133/2021**, em especial nos artigos **155 a 163**, bem como nas demais normas aplicáveis, em caso de **inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais, descumprimento de prazos, inexecução injustificada ou qualquer irregularidade na execução do objeto**.

II. Constituem infrações administrativas, entre outras:

- i. Não cumprimento das condições estabelecidas no contrato ou no edital;
- ii. Atraso injustificado na entrega dos contêineres;
- iii. Fornecimento de produto fora das especificações técnicas exigidas;
- iv. Recusa injustificada em assinar o contrato ou receber a ordem de fornecimento;
- v. Comportamento que cause prejuízos à Administração ou comprometa a

execução contratual.

III. Em conformidade com a legislação vigente, poderão ser aplicadas as seguintes **sanções administrativas**, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- i. **Advertência**, por irregularidades de menor gravidade;
- ii. **Multa**, conforme percentuais e critérios definidos no edital e contrato;
- iii. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar**

**com a Administração Municipal**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;



iv. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até reabilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

IV. A aplicação das penalidades não exclui a possibilidade de a Administração **rescindir o contrato e cobrar as perdas e danos** decorrentes da inexecução total ou parcial do ajuste, sem prejuízo das demais sanções civis e penais cabíveis.

V. As penalidades poderão ser aplicadas **isolada ou cumulativamente**, conforme a gravidade da infração, mediante **processo administrativo** devidamente formalizado e assegurado o direito de defesa à contratada.

### 3.11. DO PAGAMENTO:

I. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

i. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

ii. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

II. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

III. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

IV. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

V. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

VI. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VII. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VIII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

IX. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

X. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

XI. Os Recursos orçamentários para fazer frente às despesas desta demanda serão os



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE**



seguintes:

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente

Projeto Atividade: 1016 Aquisição de veículo

Despesa: 4490.52.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente

**4. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E PESQUISA DE PREÇOS:**

**4.1.** A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no **artigo 23 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece as diretrizes para a formação do valor estimado da contratação pública, observando os princípios da **economicidade, eficiência, transparência e planejamento**.

**4.2.** Os valores de referência para a formação da cesta de preços, foram apurados através na mediana de preços pesquisados baseados preços homologados em licitações/compras semelhantes de outros órgãos públicos Art. 23, § 1º, inciso II, as planilhas fazem parte deste ETP e estarão anexadas ao processo administrativo.

| Item | Descrição objeto   | Quantidade | Unidade | Valor Máximo referência |
|------|--|------------|---------|-------------------------|
| 1    | <ul style="list-style-type: none"><li>• Picape, 02 portas;</li><li>• Veículo novo, zero quilômetro, sem uso anterior;</li><li>• Cor branca;</li><li>• Motor aspirado 1.3 ou superior, ou motor 1.0 turbo ou superior;</li><li>• Potência mínima de 107 cv;</li><li>• Ar-condicionado;</li><li>• Direção hidráulica, elétrica ou superior;</li><li>• Sistema de som com multimídia;</li><li>• Banco do motorista com regulagem de altura;</li><li>• Vidros elétricos, travas elétricas e alarme;</li><li>• Câmbio manual ou automático;</li><li>• Protetor de cárter;</li><li>• Airbag duplo e freios ABS;</li><li>• Capacidade de carga mínima de 700 kg;</li><li>• Capota marítima;</li><li>• Retrovisores externos na cor do veículo com regulagem elétrica interna;</li><li>• Jogo de tapetes;</li><li>• Garantia de fábrica, conforme normas do fabricante</li></ul> | 01         | Unidade | <b>109.990,00</b>       |

**4.3.** Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 109.990,00 (cento e nove mil novecentos e noventa reais)**.





**5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

**5.1.** A solução proposta/alternativa viável, para atender a demandada neste Estudo Técnico Preliminar, é a realização da contratação através de Pregão, tendo em vista a previsão da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.** Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17º, § 2º, e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:**

I. Não se aplica.

**7. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:**

**7.1.** Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.

**7.2.** Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.

**7.3.** A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

**7.4.** Quanto a contratação, os benefícios diretos e indiretos podem ser percebidos na economicidade, uma vez que o procedimento licitatório permite a contratação de empresa especializada por preço competitivo no mercado, uma vez que haverá concorrência entre as licitantes do ramo de atividades, com a oferta de menor preço, considerando os requisitos previamente estabelecidos no edital da licitação, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos.

**8. DAS PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:**

**8.1.** Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração, entretanto, o gestor e fiscal do contrato devem ter ciência sobre o Art. 140 da Lei 14.133/2021, que versa sobre o recebimento do objeto do contrato.

**8.2.** A Secretaria requisitante indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

**8.3.** Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- I. Elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico;
- II. Elaboração de minuta de contrato;
- III. Encaminhamento do processo para análise jurídica;
- IV. Análise da manifestação jurídica e se necessário, o atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- V. Publicação e divulgação do edital e anexos;
- VI. Resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- VII. Realização do certame, com suas respectivas etapas.



---

**9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

**9.1.** Diante de toda a análise desenvolvida neste estudo técnico, a contratação mostra-se VIÁVEL, em termos de disponibilidade de mercado, consoante a legislação em vigor, não sendo possível observar impedimentos ao prosseguimento da contratação demandada através de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, nos termos dos artigos 6º inciso XLI, 17º § 2º e 34º, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Vicente do Sul-RS, 5 de janeiro de 2026

---

**Anderson Machado de Oliveira**  
**Secretário de Desenvolvimento Agropecuário**  
**e Meio Ambiente**